

In O Minho

## Relatório defende obras nos tribunais de Braga e de Guimarães

Ministério prometeu mas projetos não avançaram



Foto: O MINHO / Arquivo

O Relatório anual de 2025 da Comarca Judicial de Braga aponta para a necessidade urgente de obras no Palácio da Justiça de Braga e de Guimarães.

O documento, subscrito pela juiz-presidente Filipa Afonso Aguiar, descreve que, no caso de Braga, é urgente resolver o problema das infiltrações de água, enquanto que no de Guimarães realça a necessidade de obras de remodelação. Já o de Famalicão, carece de obras de conservação.

Particularizando, o Relatório diz que, em Braga, as infiltrações se agravaram com “o inverno rigoroso, sendo urgente a resolução deste problema, nomeadamente com uma intervenção na cobertura e colocação de novas telas”.

Lembra que “está em curso no Ministério da Justiça o procedimento para a ampliação do Palácio para acolher o Juízo do Trabalho (já que o contrato de arrendamento onde está instalado foi denunciado para 2028) e o Juízo de Família e Menores (em instalações provisórias desde 2021).

No entanto, – lamenta – “o projeto arquitetónico, que devia estar concluído em 2025, não o foi, aguardando-se que, este ano, haja desenvolvimentos e seja possível prever quando terão início as obras”.

Sublinha que foi aprovado o ‘layout’ proposto pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça (IGFEJ)” e reforça a urgência das obras, “pois o Juízo do Trabalho continua num edifício exíguo, não havendo espaço para uma segunda sala de audiências, nem um gabinete de exames médicos adequado à sua finalidade”.

Acresce que “não há acessibilidades para pessoas com mobilidade reduzida, sendo certo que é muito frequente a deslocação de sinistrados em macas ou cadeiras de rodas aos Juízos do Trabalho e para as Juntas Médicas”.

Por isso, defende que “deve ser encontrada uma solução dentro do edificado público da cidade”.

## **Guimarães também à espera**

No que toca a Guimarães, a juiz-presidente acentua que, “há muito que se encontra no Ministério da Justiça um procedimento para a construção de um novo Palácio da Justiça para acolher os juízos do edifício arrendado de Creixomil (para o desativar destas funções), o juízo do Trabalho (instalado noutra local) e, dentro do possível, os serviços que funcionam no edifício da Praça Condessa Mumadona.

Também há muito que a Câmara Municipal de Guimarães cedeu o terreno para o efeito. Porém, – sublinha – “decorrido mais um ano, o procedimento não está sequer em fase de projeto de arquitetura”.

Quanto ao atual Palácio da Justiça (o da Praça Condessa Mumadona), – acrescenta – “continua-se a aguardar pelas obras de remodelação, bem como as destinadas à criação de mais uma sala de audiências, pelo que subsiste a grave carência de salas (tais obras foram solicitadas pelos órgãos de gestão da comarca em janeiro de 2015).

In O Minho  
11-05--2026

Fonte: [Relatório defende obras nos tribunais de Braga e de Guimarães](#)